



RELATO TRILHA 3 “UNIVERSALIDADE E INCLUSÃO DIGITAL”

A) Questões Chave

Programa Telecentros BR.....	pg.2
Medidas para ampliação do acesso à banda larga no país.....	pg.3
Acesso à Internet na Região Norte	pg.4
Banda larga nas escolas urbanas e rurais.....	pg.5
Fundos públicos.....	pg.6
Subsídio do acesso à banda larga.....	pg.7
PNBL e a necessidade de se atender todo o país.....	pg.7
Faixa de 450 MHz e atendimento a áreas rurais.....	pg.8
Telebrás.....	pg.8
Outros.....	pg.9
Regime público e Regime Privado.....	pg.9
Qualidade da banda larga.....	pg.11
Competição na prestação do serviço.....	pg.12
Postes, dutos e fios de cobre.....	pg.12
Espectro de frequências.....	pg.13
Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.....	pg.14
Plano Geral de Metas de Competição.....	pg.15
<u>B) Outras posições, consensos e propostas de ação.....</u>	<u>pg.15</u>
<u>C) Debates a serem aprofundados.....</u>	<u>pg.17</u>



A) Questão chave 1: PROGRAMA TELECENTROS BR

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Crítica ao atraso no cronograma de entrega/instalação de equipamentos no programa Telecentros BR e ao problema de conectividade que impedem que os telecentros aprovados no Edital entrem em funcionamento.

[Coletivo Digital, Comunidade Ativa no Desenvolvimento Sócio-Cultural Educacional de Cidade Tiradentes (Cadesc) e outras entidades presentes]

É grande o desafio do programa de levar tecnologia e conexão a regiões remotas, o que compromete a logística do programa. Houve entregas de computadores paralisadas para organizar informações de endereço e o Programa Telecentros BR acredita que melhorará a velocidade das entregas com estas informações padronizadas e completas.

[Coordenação Executiva do Programa Telecentros BR]

A implantação e, portanto, os problemas e também as soluções, são pautadas por diálogo e atuação conjunta entre envolvidos: governo nas três esferas, sociedade civil, academia, fornecedores. Além disso, já estão em andamento projetos de formação a todos os telecentros e apoio a ações de formação para inclusão digital da juventude rural.

[Ministério das Comunicações]

Apoio a telecentros, pontos de cultura e outras entidades que levam cultura às comunidades [Coletivo Digital]

Consenso:

[Apoio e afirmação dos telecentros como integrantes das políticas de inclusão digital](#)

Propostas de ação:

Desenvolver políticas no sentido de tornar os telecentros pontos de capacitação de desenvolvimento tecnológico e alfabetização digital

[Comunidade Ativa no Desenvolvimento Sócio-Cultural Educacional de Cidade Tiradentes (Cadesc)]

Promover a inclusão de conectividade aos telecentros como contrapartida em licitações da Anatel e acordos do Programa Nacional de Banda Larga

[Coletivo Digital]



Divulgar cronograma com datas de instalação para os locais que já receberam os computadores e que estão aguardando a visita da área técnica e cronograma das próximas fases de implantação. [Caminho Digital – Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (RS)]

Incentivar soluções do tipo telecentros para áreas de baixo IDH
[Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - Sinditelebrasil]

Tornar os telecentros uma ferramenta mais ágil para levar conexão à sociedade
[Ministério das Comunicações]

Utilizar o Programa Centros de Recuperação de Computadores como alternativa para os problemas de manutenção dos telecentros, mas com a formulação de uma interação maior na questão logística deste programa.
[João Carlos Curitiba via chat]

A) Questão chave 2: MEDIDAS PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO À BANDA LARGA NO PAÍS

a.1 Principais controvérsias ou consensos GERAIS

Posições:

Defesa do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)
[Central Única dos Trabalhadores – CUT]

Consenso:

Conceito de inclusão digital deve incluir além de infraestrutura, apropriação da tecnologia para formação e aquisição de cidadania

Propostas de ação:

Desenvolver de Políticas Públicas que incentivem o Investimento em Infra-estrutura e Fomento da Demanda, conforme trabalho desenvolvido pela LCA, contratado pelo Sinditelebrasil. Aplicação de remédios distintos para cada uma das diferentes regiões brasileiras identificadas com base no modelo de GAPS da União Internacional de Telecomunicações, que levam em conta o IDH e a infraestrutura existente, combinando a oferta do serviço pelo setor privado com as ações e projetos governamentais.
[Sinditelebrasil]

Desenvolver políticas de inclusão digital para pequenas empresas.
[Associação Brasileira de Internet - Abranet]



Promover políticas voltadas aos quilombolas e comunidades tradicionais nos programas de inclusão digital, inclusive como meio de evitar o êxodo rural.

[Associação Quilombola Conceição das Crioulas - AQCC]

Incentivar a continuidade do estímulo à pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de banda larga no país.

Integrar a inclusão digital às políticas sociais por meio do Programa Brasil Sem Miséria e estabelecer diretrizes para cidades digitais incluindo infraestrutura, governo eletrônico, inclusão digital e formação.

[Ministério das Comunicações]

2.1 Acesso à Internet na Região Norte

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Necessidade de se desenvolver infraestrutura de suporte à banda larga no Amapá, tendo como alternativas a construção do linhão de Tucuruí e conexão via guiana francesa.

[Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado do Amapá – SINDP-AP e Ministério das Comunicações]

O estado do Amapá é o único estado que ainda não é servido por fibra óptica. A expectativa do PNBL é que esse atendimento seja feito até o final de 2013, por meio de cabos submarinos e cabos terrestres.

[Ministério das Comunicações]

O Pará está fora do PNBL pois se acreditou que as infovias do Pará seriam suficientes (projeto Navega Pará), o que foi um erro gravíssimo.

[Serpro – Belém]

O atendimento da Região Norte estava prevista no PNBL desde sua concepção inicial, planejado, em parte, para o final de 2013 e, em parte, para o final de 2014. Esse planejamento foi adiantado e a previsão é que se atendam, em meados de 2012, os estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, bem como o centro e o nordeste do Pará. O estado do Tocantins já começou a ser atendido. Para 2014, restaram o norte do Pará e o leste do Amazonas, cujo atendimento terrestre depende da fibra óptica no linhão Tucuruí-Macapá-Manaus. Toda a Região Norte estará atendida em 2014, com a entrada em operação do satélite geoestacionário do PNBL, cujo projeto técnico está em elaboração pela Telebrás. As concessionárias de telefonia fixa, paralelamente, vêm



promovendo evoluções nas redes de banda larga da Região Norte para atendimento dos termos de compromisso e para a oferta de 1 Mbps a R\$ 35,00.

[Ministério das Comunicações]

Propostas de ação:

Desenvolver conexão à Internet banda larga via rede elétrica

[SINDP-AP]

2.2 Banda larga nas escolas urbanas e rurais

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Necessidade de qualificar a conexão das escolas para que todos os alunos possam acessar serviços, conteúdos e aplicativos diversos fora do esquema de laboratório e preparar professores para usar Internet como fonte de criação de conteúdo. A velocidade de conexão de 1 Mbps não é suficiente para tanto.

Há 110 mil escolas públicas urbanas e apenas 60 mil são atendidas pelo programa banda larga nas escolas. É necessário atender todas.

É preciso trabalhar para levar conectividade ao campo. Das 82 mil escolas públicas do campo, mais de 90% não tem conexão à Internet. O Estado tem que garantir a universalização para as escolas do campo.

[Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias – UFBA]

Banda Larga nas escolas públicas urbanas: A exigência é pelo atendimento a todas as escolas públicas urbanas, independentemente de terem surgido depois da assinatura dos compromissos relativos ao Programa Banda Larga nas Escolas. É preciso verificar quais não são atendidas e tomar providências. **Banda larga nas escolas públicas rurais:** Devem constar como contrapartida para que os vencedores das licitações das radiofrequências provejam conexão à Internet às escolas rurais.

[Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel]

As empresas atendem hoje 59 mil escolas públicas urbanas nas velocidades combinadas com o governo federal. Se efetivamente existem mais escolas públicas urbanas, estas devem ser identificadas, discutindo-se o seu atendimento. Pontuam, ainda, a relevância de as escolas conectadas efetivamente utilizarem a banda larga disponibilizada.

[Sinditelebrasil]



É preciso melhorar o suporte técnico dado às escolas, tanto na hora de resolver os problemas como no atendimento à solicitação de reparo.

[Núcleo tecnológico de Educação (NTE Timon) e CPP Colônia de Pescadores]

Consenso:

Necessidade de inclusão das escolas públicas rurais nos programas de inclusão digital

Imperativo de identificar e atender as escolas públicas urbanas sem acesso à Internet

Propostas de ação:

Anatel deve promover fiscalização mais efetiva da conexão entregue às escolas.

[Núcleo Tecnológico de Educação (NTE Timon)]

2.3 Fundos públicos

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Crítica à falta de capilaridade do Fundo para o Desenvolvimento das Telecomunicações (FUNTTEL) por concentrar seus recursos no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CpqD).

[Universidade Federal do Pará]

Lei Geral de Telecomunicações diz que a União tem obrigação de manter a capacidade de pesquisa e desenvolvimento do CPqD. Atualmente 30% dos recursos passíveis de uso do Fundo vão para o CPqD e o restante vai para a FINEP, que faz chamadas públicas, existindo atualmente mais de 20 entidades utilizando estes recursos. Para 2012 estão previstos R\$ 200 milhões em recursos não reembolsáveis para estimular pesquisa e desenvolvimento no país.

[Ministério das Comunicações]

Crítica à pouca publicidade na utilização dos fundos públicos e das razões de seu contingenciamento.

[Projeto Saúde & Alegria]

Consenso:

O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) deve ser utilizado para o desenvolvimento de iniciativas voltadas à banda larga e à inclusão digital.



Contraposições presentes no consenso:

O FUST deve ser utilizado para políticas ligadas à banda larga mesmo com a prestação do serviço em regime privado.

A utilização do FUST para políticas ligadas à banda larga deve ser precedida de uma alteração no regime de prestação do serviço, instituindo-se o regime público ou misto.

Propostas de ação:

Envolver um grupo maior de universidades no recebimento de recursos do FUNTTEL.
[Universidade Federal do Pará]

Instituir um Conselho para acompanhar a aplicação dos fundos públicos.
[Projeto Saúde & Alegria]

Aplicar o FUST no financiamento de projetos de articulação entre prefeituras e pequenos provedores.
[Cidades Digitais Curitiba]

2.4 Subsídio do acesso à banda larga (relação com fundo público e banda larga como serviço público)

Propostas de ação:

Subsidiar conexão à Internet banda larga pelo Estado.
[Centro de Mídia Alternativa Barão de Itararé e Leonardo Zenha via chat]

Subsidiar conexão à Internet banda larga para entidades do terceiro setor e movimentos sociais.
[Cadesc e Sindicato dos Radialistas]

2.5 Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e a necessidade de se atender adequadamente todo o país

Posições:

Insuficiência do PNBL para cumprir este objetivo
[Movimento Software Livre Guarulhos, Serpro Belém, CUT, Proteste - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec]



Ponderação de que apesar da insuficiência, PNBL pauta a inclusão digital e a importância da realização de políticas para a ampliação do acesso.

2.6 Faixa de 450 MHz e atendimento a áreas rurais

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Nas discussões esteve presente a preocupação com o provimento de acesso à Internet nas áreas rurais e a utilização da faixa de 450 MHz.

Posições:

Decreto que aprova o Plano Geral de Metas de Universalização III definiu a licitação da faixa de 450 MHz para levar conexão às zonas rurais. Vencerá o leilão quem oferecer preço e levar conexão às escolas públicas rurais

[Ministério das Comunicações]

2.1 Telebrás

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Telebrás deve atuar em condições isonômicas e focar em áreas não rentáveis

[Sinditelebrasil]

Fortalecimento da Telebrás para cumprir os objetivos previstos no Decreto nº 7.175/2010, especialmente como gestora das redes, para garantir competição e igualdade de tratamento dos agentes econômicos prestadores de serviços. Objetivos previstos no Decreto nº 7.175/2010:

I-implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal;

II-prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público;

III-prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; e



IV-prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

[Proteste - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec]

2.8 Outros

Propostas de ação:

Desonerar a cadeia produtiva ligada à conexão em banda larga.

Disponibilizar a faixa de 700 MHz para levar acesso ao serviço de banda larga a áreas mais remotas.

[Sinditelebrasil]

A) Questão chave 3: REGIME PÚBLICO E REGIME PRIVADO

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Serviço de acesso à banda larga deve ser prestado em regime público/misto (público e privado, com atenção aos pequenos provedores). Acesso à Internet é serviço essencial. A Constituição Federal garante o direito à cultura e à educação, além de estabelecer que os serviços de telecomunicações são de responsabilidade da União. Diante da disposição da Lei Geral de Telecomunicações (art. 65, §1º) de que serviços essenciais não podem ser prestados unicamente em regime privado, a situação atual da prestação do serviço de acesso à banda larga é ilegal.

O regime público/misto garante a universalização (em contraposição à massificação), a oferta não discriminatória, a regulação de tarifas, a continuidade do serviço e a garantia da gestão e posse pública das redes. No regime unicamente privado não é possível exigir estas mesmas garantias das empresas, da mesma forma que a competição não é suficiente para assegurar universalização do acesso, preços módicos e qualidade.

[CUT, Proteste, Idec, Intervezes, Barão de Itararé, Cobra Tecnologia, Thiago Pimentel via chat, IDEBrasil via chat]

Regime público não é a solução mais apropriada para superar os problemas da banda larga no Brasil. Caso seja adotada deve haver respeito pelo marco legal vigente.

[Sinditelebrasil]

Em decorrência das proteções que o Estado tem que dar à concessionária, tais como garantia do equilíbrio econômico e financeiros, o regime público pode gerar um efeito perverso no ambiente competitivo.

[Anatel]



Contexto atual é diverso dos leilões do Sistema Telebrás, pois não há uma infraestrutura a ser licitada.

[Ministério das Comunicações]

Regime público não é solução instantânea e garantida, o que se verifica do exemplo do serviço de telefonia fixa que ainda peca na penetração e nas altas tarifas.

[Ministério das Comunicações, Abrint e Abranet]

A telefonia fixa não é uma demonstração da inadequação do regime público para responder aos desafios do acesso e da modicidade. Temos 100% das localidades atendidas por força de um Plano de Metas de Universalização. Se a tarifa não é módica, é por responsabilidade da Anatel e não do regime público, em que há a exigência de controle tarifário.

[Proteste]

Serviço de acesso à banda larga **não** deve ser prestado em regime público. Medidas voltadas a incrementar a competição são capazes de oferecer solução à penetração, custo e qualidade.

[Abrint, Abranet]

Propostas de ação:

Alterar o regime de prestação do serviço de banda larga por meio de Decreto da Presidência da República, nos termos do art. 18, I da LGT, pensando um modelo que aborde:

- regime misto: público para as grandes áreas de prestação e privado para prestadores municipais (contemplando pequenos prestadores)

- decaimento das autorizações atuais (em 5 anos não teriam mais o direito e teriam que participar das licitações)

[Intervozes]

As autorizações que já foram dadas para o SCM devem ser mantidas. Contudo, as redes públicas que não foram objeto de contratos de concessão nos termos do art. 207 da LGT devem ser retomadas pela Telebrás e novas licitações do serviço de comunicação de dados devem ocorrer.

[Proteste]

Inclusão dos investimentos de banda larga no Programa de Aceleração do Crescimento

[Thiago Pimentel via chat]



a.2 Questões regulatórias/legais relacionadas:

Instituição do regime misto na prestação do serviço de acesso à Internet banda larga por meio de Decreto, nos termos do art. 18, I da Lei Geral de Telecomunicações.

Locus: Presidência da República

A) Questão chave 4: QUALIDADE DA BANDA LARGA

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Deve haver o estabelecimento de critérios firmes de qualidade e estes devem ter *enforcement* da Anatel.

[Idec, Anatel, Intervezes, Ministério das Comunicações]

Defende medição e divulgação dos resultados da qualidade da banda larga em áreas competitivas, não metas obrigatórias.

[Sinditelebrasil]

Apoio aos parâmetros exigidos na proposta de regulamento de qualidade do SCM presente na Consulta Pública 46 da Anatel.

[Intervezes, Idec]

Qualidade não se garante com regulação, mas com condições de competição.

Regulamento de qualidade é importante, mas deve haver cuidado para que os critérios não tragam novos problemas.

[Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações - Abrint]

A forma de comercialização da banda larga no Brasil é padrão no mundo (em que a velocidade anunciada e contratada não corresponde necessariamente com a entregue) observando em geral a garantia dos 10%.

[Sinditelebrasil]

Consenso:

Deve haver uma ferramenta para que o consumidor possa mensurar a qualidade da conexão a partir de parâmetros estabelecidos em regulação.

Contraposições presentes no consenso:

Ferramenta pode ser software de medição

Ferramenta deve ser mecanismo de medição mais robusto



a.2 Questões regulatórias/legais relacionadas:

Resoluções de gestão de qualidade do serviço de banda larga ainda em análise

Locus: Agência Nacional de Telecomunicações

A) Questão chave 5: COMPETIÇÃO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

a.1 Principais controvérsias ou consensos GERAIS

Posições:

Necessidade de que benefícios em políticas competitivas reflitam em redução de preço ao consumidor.

[Sindicato dos Radialistas]

Papel fundamental da Telebrás nas ofertas de atacado para gerar aumento no número de prestadores.

[Anatel]

Consenso:

São necessárias e relevantes medidas de apoio a pequenos prestadores e estímulo à competição.

5.1 – Postes, dutos e fios de cobre

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Foi determinado preço baixo por postes, maior do que conseguem as grandes empresas, mas abaixo da média do que se cobra dos pequenos prestadores.

[Anatel]

Preço de R\$ 2,50 ainda é elevado e as pequenas prestadoras não atingem preços mais baixos pois não compram em grande volume. O correto seria os pequenos prestadores poderem pagar o preço que é cobrado das grandes empresas.

[Abrint]

Consenso:

Necessidade de se diminuir os custos com postes e dutos como forma de baratear a construção de rede de fibra ótica pelas pequenas empresas prestadoras do serviço.



Propostas de ação:

- Arbitrar preço para o uso dos pares metálicos ociosos e permitir uso através de desagregação. Este preço deve corresponder ao efetivo custo do par metálico, sem margem de lucro.

- Reserva de uma posição em postes para compartilhamento entre provedores locais.

[Abrint]

5.2 Espectro de frequências

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Há medidas no sentido de democratizar o espectro de radiofrequências.

[Ministério das Comunicações]

Radiofrequências não estão sendo democratizadas. As frequências de 2,5, 3,5 e 450 MHz não estão acessíveis aos pequenos prestadores pois a licitação é realizada em lotes muito grandes.

[Abrint]

Ressalta a importância de uma menor granularidade (lotes menores) no planejamento de licitações de radiofrequência de modo a incentivar as atuações locais.

[Anatel]

Defesa do Regulamento para Avaliação de Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências (Resolução Anatel nº 548/2010)

[Ministério das Comunicações e Abrint]

Faixa de 700 MHz não pode ser utilizada para serviços móveis enquanto houver *simulcasting* (enquanto houver transmissão da televisão analógica simultaneamente à televisão digital).

[Ministério das Comunicações]

Estudos técnicos demonstram que a faixa de 700 MHz pode ser destinada a aplicações móveis antes de 2016 (transição da TV analógica para a digital) na maioria dos municípios onde o uso pela radiodifusão é limitado.

[Sinditelebrasil]



Propostas de ação:

Reservar lotes de espectro para pequenos prestadores
[Ministério das Comunicações, Abrint, Abranet]

Realizar licitação de lotes menores relativos a áreas de abrangência mais restritas, como cidades e localidades.
[Abrint, Abranet]

Estruturar leilões com compromissos de abrangência e não só garantia de preço.
Facilitar o acesso ao espectro não licenciado.
[Ministério das Comunicações]

a.2 Questões regulatórias/legais relacionados:

Regulamento para Avaliação de Eficiência de Uso do Espectro de Radiofrequências
(Resolução Anatel nº 548/2010)
Locus: Agência Nacional de Telecomunicações

5.3 Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

Regulamento do SCM não trará mais prestadoras por conta das obrigações ali previstas, que oneram os pequenos prestadores, não sendo suficientes as medidas de assimetria regulatória e a redução do preço da outorga como medida competitiva.
[Abrint]

Proposta de regulamento do SCM busca favorecer pequenos provedores por meio da redução do custo de outorga e assimetria regulatória, não a aplicando quando fere normas legais. Afirma a importância da redução do preço de outorga como medida competitiva, mas concorda que possa haver a previsão de mais assimetrias.
[Anatel]

Propostas de ação:

Incluir no regulamento do SCM a permissão para que entidades sem fins lucrativos sejam provedores comunitários com foco especificamente social.
[Instituto Bem Estar Brasil]

Utilizar redes mesh para distribuir banda e aproveitar centros de reciclagens de computadores e telecentros para retransmitir redes. Atualmente não há regulamentação



que permita a criação de redes que distribuam a conexão. É preciso, ainda, capacitar a comunidade para manter a rede.

[Associação Software Livre]

a.2 Questões regulatórias/legais relacionados:

Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia ainda em análise

Locus: Agência Nacional de Telecomunicações

5.4 Plano Geral de Metas de Competição

a.1 Principais controvérsias ou consensos

Posições:

PGMC deve ter orientação bem clara de *full unbundling* para as redes públicas

[Proteste]

PMGC já trabalha com a proposta de *full unbundling*.

Necessidade do I Fórum da Internet manifestar a importância de toda a sociedade contribuir na consulta pública nº 41.

[Anatel]

a.2 Questões regulatórias/legais relacionados:

Plano Geral de Metas de Competição

Locus: Agência Nacional de Telecomunicações

B) Outras posições, consensos e propostas de ação

Demais consensos:

1. Acessibilidade

Importância de incluir portadores de necessidades especiais nas políticas de inclusão digital, inclusive com o desenvolvimento de softwares apropriados.

Propostas de ação relacionadas ao tema:

Incluir a acessibilidade como parte das políticas de inclusão digital já desenvolvidas, como PNBL, telecentros e cidades digitais.

Estimular o desenvolvimento de tecnologias e soluções nacionais, de maneira coordenada, envolvendo as muitas instituições que pesquisam e atuam na questão da acessibilidade.

[Ministério das Comunicações]



2. Formação e Alfabetização digital

Importância e necessidade de políticas voltadas à alfabetização digital como parte da inclusão digital.

Posição relacionada ao tema:

Acesso não basta para pensar a inclusão digital. É necessário aprofundar políticas voltadas à formação, entendida não como o aprendizado do uso da máquina e com o consumo de informação já pronta. É preciso conceber a autoria como parte da formação, na articulação das culturas locais com as não locais. Educação aberta, livre, autoral, de produção de conhecimento e de cultura. É preciso desenvolver neste sentido também a articulação de escolas com infocentros, indomalem do consumo de informação pronta.

[Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias – UFBA]

3. Internet é direito humano

4. Cobertura do serviço de banda larga deve estar em todo o Brasil, com preço baixo e qualidade

5. Afirmação da importância de espaços institucionalizados de diálogo permanente da sociedade civil organizada e setor empresarial com o poder público, especialmente na Anatel e no Ministério das Comunicações.

Demais propostas de ação:

Realizar uma Mostra Nacional de Conteúdos Digitais Livres como incentivo para que as pessoas continuem a produzir e exijam condições para tanto. A mostra pode ser dividida em categorias e subcategorias como Produtos Culturais – Músicas, vídeos (documentários e outros) – Serviços Inovadores de Governança eletrônica – Aplicativos Educacionais, educação à distância – Projetos de geração de renda, valorizando o conhecimento comunitário e projetos que melhorem a vida das comunidades, desenvolvimento local e sustentabilidade. Antes da Mostra, cria-se um portal para hospedar os trabalhos, valorizando o compartilhamento de conhecimento.

[Movimento Software Livre de Guarulhos e Movimento Fora do Eixo]

Democratizar as discussões sobre Internet para envolver a sociedade de forma mais ampla, sensibilizando quem ainda não está ciente destes debates. Movimentos sociais devem fazer materiais comuns e compatíveis para lidar com este desafio.

[Serpro Belém e Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada]

O Fórum deve gerar um documento que seja levado a parlamentares mostrando quais as sugestões aqui discutidas.

[Federação dos Radialistas - FITERT]



Desenvolver conexão em banda larga pela rede elétrica

C) Debates a serem aprofundados

1. Rádio Cognitivo

Posições:

Recursos do FUNTTEL devem ser utilizados para financiar projetos em universidades e institutos de pesquisa para desenvolver a tecnologia de rádio cognitivo.

[Abranet]

Já há três projetos financiados pelo FUNTTEL de pesquisa sobre rádio cognitivo (CPQD, PUC e INATEL).

[Ministério das Comunicações]

Propostas de ação:

Regulamentar o uso de faixa de frequência em caráter secundário para viabilizar a implantação do rádio cognitivo quando a tecnologia estiver desenvolvida. [Abranet]